

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 535.896 - SP (2019/0289447-4)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
AGRAVANTE : PAULO SERGIO RAFAEL
ADVOGADO : ELIEZER NASCIMENTO DA COSTA - SP268571
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. RECEPÇÃO. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. AFASTAMENTO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. VIA ESTREITA DO *WRIT*. PRETENSÃO DE DESCONTO DA PENA COM A FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL ABERTO. PREJUDICADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos por estar em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.
2. As instâncias de origem, a quem cabe a análise das questões fático-probatórias dos autos, assentaram que os crimes de receptação e adulteração de sinal identificador de veículo automotor restaram bem configurados, não havendo falar em absorção de um delito pelo outro. Nesse contexto, chegar-se a conclusão diversa demandaria o reexame de todo o conjunto fático-probatório, o que é sabidamente incabível na via do *habeas corpus*.
3. A pretensão de desconto da pena aplicada com a fixação do regime inicial aberto resta prejudicada com o afastamento da tese de consunção.
4. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator